



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

143  
J4

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº0184774-7/01**  
**EMBARGANTE: GONÇALVES E FILHOS CIA. LTDA. (LOJAS MODAMANIA)**  
**EMBARGADO: EDSON GOMES**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

R  
5525

**EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO – REVISÃO DE ALUGUEL - ADEQUAÇÃO DO VALOR DO ALUGUEL DO MERCADO ONDE SE ENCONTRA LOCALIZADO O IMÓVEL- SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – NÃO CABIMENTO – APLICABILIDADE DO § 1º DO ART. 20 DO CPC – INEXISTÊNCIA DE ERRO MATERIAL E CONTRADIÇÃO NO JULGADO - EMBARGOS CONHECIDOS, PORÉM, REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.**

-Embora tenha sido apresentado pelo autor/embargado um valor e requerido a fixação prévia de um aluguel provisório, decidiu o togado singular fixá-lo após a ouvida da ré/embargante, que não ofereceu contraproposta como prevê o inc. IV, do art. 68 da Lei 8.245/91.

-A pretensão do autor/embargado foi inteiramente acolhida, a partir da adequação do valor de mercado onde se encontra localizado o imóvel.

-Não cabimento de sucumbência recíproca. Aplicabilidade do § 1º do art. 20 do CPC.

-Embargos de declaração conhecidos, porém rejeitados, à unanimidade de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Nº0184774-7/01 – em que é embargante **GONÇALVES E FILHOS CIA. LTDA. (LOJAS MODAMANIA)** e embargado **EDSON GOMES**;

rcfms



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Fernando Martins*

144  
15  
P

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração mas negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, de acordo com as notas taquigráficas que integram o presente julgado.

Recife, 02 de fevereiro de 2009.

  
**Des. Fernando Martins**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

145  
16  
8

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0184774-7/01**  
**EMBARGANTE: GONÇALVES & FILHOS CIA. LTDA. (Lojas Modamania)**  
**EMBARGADO: EDSON GOMES**  
**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**  
**Sexta Câmara Cível**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração em face do acórdão que negou provimento ao apelo do réu/embargante, acolhendo inteiramente a pretensão do autor, ora embargado, com a adequação do valor do aluguel ao mercado onde se encontra localizado o imóvel objeto do litígio.

Afirma, a empresa embargante, a existência de erro material e contradição no julgado, alegando que o valor do aluguel pretendido pelo autor/embargado era de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), e o valor defendido pela ré/embargante era de R\$ 3.483,48 (três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos). A sentença fixou em R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), existindo uma diferença, no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), portanto a menor, pelo que não há que se falar em procedência total da ação, mas procedência parcial e na proporção de 50% (cinquenta por cento).

Nesse passo, aduz que não podem os ônus sucumbenciais ser imputados à embargante, sob pena de violação ao art. 21 do CPC.

Requer o embargante, através dos presentes Embargos de Declaração, sejam sanados o erro material e a contradição apontada.

É o relatório.

À pauta.

Recife, 1 de 17 de 2009.

**DES. FERNANDO MARTINS**  
**RELATOR**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

146 17 4

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0184774-7/01**

**EMBARGANTE: GONÇALVES & FILHOS CIA. LTDA. (Lojas Modamania)**

**EMBARGADO: EDSON GOMES**

**RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS**

**Sexta Câmara Cível**

**VOTO**

De fato, o autor/embargado requereu revisão de aluguel objeto da locação do imóvel, sugerindo a quantia de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) a ser fixada e, após prova pericial, em observância ao contraditório, achou por bem o togado singular aceitar o pedido revisional, fixando, todavia, o aluguel no valor de R\$5.500,00 (R\$ cinco mil e quinhentos reais), o que não dá margem à conclusão de que houve procedência parcial do pedido.

Malgrado tenha sido apresentado pelo autor, cá embargado, um valor e requerido a fixação prévia de um aluguel provisório, decidiu o magistrado *a quo* fixá-lo somente após a ouvida da ré, ora embargante, que deixou de oferecer contraproposta como prevê o inc. IV, do art. 68 da Lei 8.245/91.

Diante da inexistência de concordância sobre o valor do aluguel sugerido pelo autor, e da oposição da ré quanto à revisão locatícia, foi realizada perícia técnica a fim de obter o valor real de mercado que se poderia atribuir à locação, de modo a garantir o equilíbrio econômico do contrato, o qual foi apresentado no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) mensais.

Observa-se, que a pretensão do autor, ora embargado, foi inteiramente acolhida, a partir da adequação do valor do aluguel ao mercado onde se encontra localizado o imóvel, não havendo desta forma erro material e contradição no acórdão embargado.

rcfms



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Fernando Martins.

18  
147

Logo, não há o que se falar em sucumbência recíproca e, conseqüentemente, violação ao art. 21 do CPC, pois se aplica ao caso concreto, o § 1º do art. 20 do *códex* processual civil.

Por todo o exposto, inexistindo qualquer vício no acórdão embargado, conheço dos presentes aclaratórios, mas no juízo de mérito, **nego-lhes provimento**.

É como voto.

Recife, de de 2009.

  
DES. FERNANDO MARTINS  
RELATOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

148

107

P

DESEMBARGADOR HERIBERTO GALVÃO

Acompanho o voto do Relator.

---

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Acompanho o voto do Relator.

---

DECISÃO

À UNANIMIDADE, FORAM CONHECIDOS, PORÉM, REJEITADOS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA.

---